



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



**RIO DE JANEIRO, RJ, 3 DE MAIO DE 1998**

*Excelentíssimo Senhor Presidente honorável do Interaction Council, Mr. Helmut Schmidt; Excelentíssimo Senhor Presidente do Interaction Council, Malcolm Fraser; Senhor Presidente da XVI Sessão Plenária do Interaction Council, Senador José Sarney; Senhor Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar; Senhores ex-Presidentes e membros do Interaction Council; Senhoras e Senhores,*

Tenho muito prazer em participar da abertura dos trabalhos desta sessão do Interaction Council. É uma honra para o Brasil acolher este encontro, que reúne personalidades expressivas de diversas regiões do mundo e, mais do que isso, reúne uma rara concentração de conhecimento e de experiência política.

Este é um foro privilegiado para refletir os problemas contemporâneos e fico satisfeito, como Presidente do Brasil, de estar aqui presente, para dizer-lhes, pessoalmente, do meu reconhecimento pelo seu trabalho.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para compartilhar com os senhores algumas reflexões sobre o momento histórico vivido pelo Brasil e pelo mundo, numa conjuntura marcada por revolucionárias

mudanças tecnológicas e econômicas e pela necessidade de identificar novos caminhos, novas formas para realizar os objetivos de justiça e eqüidade.

Quero acrescentar que as palavras do Senhor Fraser são encorajadoras, porque vão nessa mesma perspectiva de assinalar as modificações que estão ocorrendo no mundo e a necessidade de uma reorganização que permita que se mantenham esses mesmos ideais a que me refiro, de justiça e de eqüidade.

Os membros desse Conselho conhecem de perto os desafios que a democracia enfrenta ou deve enfrentar para assegurar aos nossos países a capacidade de tirar o melhor proveito das enormes oportunidades do momento presente. Entre esses desafios, está a tarefa de promover, na sociedade e nas instituições, as transformações necessárias, não para nos opormos ao curso da História, mas para fazer com que as tendências atuais em nossos países e nas relações internacionais funcionem a favor dos nossos ideais e dos nossos objetivos.

É este o desafio das reformas que está no centro da agenda política brasileira e que exige a nossa dedicação e lucidez. A arte da política significa, antes de tudo, a capacidade de inspirar, de ter a sensibilidade para compreender as necessidades profundas da sociedade em cada momento do seu desenvolvimento. Significa, também, oferecer caminhos. E caminhos viáveis para realizar as aspirações de chegar ao bem comum, para trabalhar com um horizonte de uma utopia que seja paradoxalmente realista, como eu costumo dizer.

A vida política democrática não pode, jamais, prescindir da dimensão dos objetivos, dos ideais e valores que devem orientar os esforços da sociedade, no sentido do seu aprimoramento. Mas a referência a esses objetivos e valores torna-se ainda mais crucial, nos momentos de mudança social. E as coincidências históricas quiseram que o final do século XX, final do segundo milênio, fosse também um momento de profundas transformações nos modos de vida social e nos padrões de organização econômica.

Essas transformações já nos deram a certeza de que muitos dos esquemas ideológicos a que estávamos acostumados, esquemas que per-

mearam a maior parte dos eventos históricos do século XX, não serão suficientes para responder às perguntas que faremos no século XXI. Mais do que nunca, as lideranças políticas democráticas devem ser capazes de ter a perspectiva de um projeto voltado para o futuro, o que supõe a busca de novos caminhos de pensamentos e de ideologia.

Às vezes – e isso é típico da época moderna – acredita-se que a formulação de ideais para a sociedade poderia ser substituída por um enfoque mais técnico, baseado estritamente num tratamento científico e exato dos temas da economia e das próprias relações sociais. Existe aí, naturalmente, o risco da tecnocracia, onde o conhecimento supostamente competente e isento se transforma, ele próprio, em uma forma de poder e, o que é pior, uma forma de poder que pouco se sujeita ao escrutínio público.

Parte importante de nossas tarefas como políticos é a de lembrar que isso não é assim e que, na realidade, a definição dos objetivos para a sociedade, para onde vamos, que rumos desejamos seguir, constitui uma das funções centrais do Estado e das instituições políticas em geral. No entanto, a formulação de valores e objetivos não pode ser feita, como já disse, com os olhos fixados no passado. Se não formos capazes de entender as transformações da realidade no momento presente, estaremos condenados a buscar, por toda parte e em vão, idéias e ideais antigos, em formas que já não fazem sentido.

É preciso, portanto, evitar o canto de sereia do saudosismo. Para pensar, nos dias de hoje, essa função do Estado, é indispensável que sejamos capazes de ir além das dicotomias tradicionais que opõem o Estado à sociedade civil ou o voluntarismo ético ao economicismo do mercado. Os desafios do tempo presente exigem uma reflexão criativa que permita reconciliar a participação nos processos de restruturação econômica, orientados pela preocupação de competitividade, que é inelutável, no momento em que a economia se globaliza e as inovações técnicas transformam radicalmente o modo de produzir bens e serviços, com os ideais de eqüidade e de justiça, que são ainda mais inelutáveis.

As tarefas políticas do século XXI exigiram um pensamento capaz de superar a oposição abstrata do estatismo e do livre mercado, assim

como a oposição absurda entre os objetivos da gestão macroeconômica eficiente e de justiça e solidariedade. No Brasil, a estabilidade da moeda, alcançada com o Plano Real, trouxe melhoras significativas no padrão de vida dos brasileiros mais pobres. Longe de ser incompatível com uma política orientada para a justiça social, a estabilidade revela-se, em realidade, o fundamento mais seguro para essa política.

Queria acrescentar que essa talvez tenha sido a dificuldade maior da proposição da política de reformas e da política de estabilização econômica e, sobretudo, monetária, num país como o Brasil. E essa experiência não é só do Brasil. Esse mesmo desafio foi compartilhado com todos os países em desenvolvimento, portanto, onde há bolsões de pobreza, de miséria, diferenças de renda, diferenças regionais, com o objetivo de se voltar a uma economia estável, sem inflação e com políticas macroeconômicas que pudessem ser sustentáveis.

À primeira vista, a idéia sempre foi, talvez por razões semelhantes ao que o Senhor Fraser mencionou sobre a visão antiga do Fundo Monetário Internacional de outra época, de que haveria uma incompatibilidade entre uma política que mantivesse níveis compatíveis de crescimento econômico, embora não os ideais, mas compatíveis com o esforço de estabilização, que mantivessem, portanto, alguns níveis de renda para a população mais pobre e, ao mesmo tempo, que pudessem controlar o orçamento, que pudessem controlar os déficits e que pudessem, por consequência, abrir um horizonte de estabilidade maior.

A idéia e a experiência histórica da qual deriva essa idéia era a de que haveria uma contradição entre as exigências do mercado e a possibilidade da manutenção de níveis de coesão social e de níveis de bem-estar da população. O esforço que tem sido feito – e quero dizer que, no caso brasileiro, com o apoio da sociedade, pela sua maioria, e do Congresso – o Presidente Sarney é testemunha e exemplo disso que estou dizendo – foi, precisamente, o de tornar compatível uma estratégia de controle inflacionário que não tivesse como consequência afetar diretamente a renda dos mais pobres.

O impacto inicial do plano de estabilização que nós aqui pusemos em marcha foi um impacto, antes, positivo para a população mais po-

bre, sendo variável o número de pessoas, segundo várias estatísticas, que foram integradas ao mercado de trabalho, pelo próprio fato da estabilização, mas o cálculo nunca foi menor do que 10 milhões de pessoas, numa população de 160 milhões. Todos os indicadores de consumo demonstram que o consumo dos alimentos cresceu enormemente nas camadas mais pobres do Brasil, desde consumo de bens de alimentação, que, como se sabe, constituem o principal objetivo daqueles que vivem dos salários mais baixos – há até a famosa lei de Engel nessa direção, de que, basicamente, a renda dos mais pobres se traduz em alimentos.

E, progressivamente, houve, também, uma expansão no consumo de bens de consumo durável, tipo geladeiras, ar-condicionado e outros instrumentos dessa natureza, para não mencionar automóveis, o que indica também que houve uma expansão que não foi apenas nas camadas mais pobres, mas houve uma expansão nas camadas de renda média.

Retomando o fio da meada, eu diria que o mercado livre é, talvez, o melhor mecanismo já imaginado pelo homem para estimular a eficiência na produção de riquezas. Ao mesmo tempo, contudo, o mercado não é capaz de oferecer soluções em temas que envolvem a perspectivas dos valores da ética. Ao contrário, o próprio funcionamento do mercado só produzirá seus benefícios plenamente se suas atividades estiverem adequadamente reguladas por valores. Em primeiro lugar, porque, sem regras ou sem limites, as transações do mercado não teriam, sequer, o mínimo de previsibilidade necessário. Mas o problema é mais complexo. O mercado serve a uma sociedade, não pode escapar aos valores que definem a vida social no que ela tem de mais básico: os direitos fundamentais dos indivíduos e a aspiração de justiça e de solidariedade, que é inseparável da própria idéia de sociedade.

No Brasil, a privatização, por exemplo, está trazendo eficiência a vários setores, mas também nos obrigou a criar instituições reguladoras que se orientem pela perspectiva do que é melhor para o público. Esse é um outro ponto que é importante ter presente. É mais do que reconhecida, hoje em dia, a capacidade que tem o mercado, sobretudo, agora, o mercado globalizado, no que diga respeito a tudo que implique a maxi-

mização dos recursos em proveito dos objetivos, que, certamente, são os objetivos de aumentar a capacidade de acumulação nacional de riquezas. Mas também é indiscutível – repito – sobretudo nos países em desenvolvimento, que, se não existem políticas complementares e cuidados especiais para que essa forma nova de expansão do mercado globalizado possa adequar-se aos objetivos de justiça social e de solidariedade, dificilmente se logrará um desenvolvimento equilibrado.

E isso requer – o que é muito difícil – a manutenção de políticas públicas que sejam políticas com um forte sentido universalizador. E nos países em desenvolvimento, ao se introduzir as políticas públicas que visem à universalização (acesso, para todos, à saúde, à educação, a terra, etc.), isso fere interesses. E não fere apenas os interesses das elites. Fere os interesses das classes que já estavam acomodadas no sistema anterior, inclusive de camadas médias, e que têm, agora, áreas de indecisão, áreas de incerteza, porque a competição pelos recursos passa a ser mais ampla. E, na medida em que o Governo implemente uma política de extensão, por exemplo, – repito – da saúde e da educação, essa extensão não se pode fazer sem tomar em consideração a globalidade dos recursos. E, portanto, pode, eventualmente, alterar, em desmedro daqueles que já tinham alcançado algumas vantagens no momento anterior, as vantagens que vão ser asseguradas pelo momento futuro.

É famosa a frase de Maquiavel, em que dizia que, no momento das reformas, o político deve estar muito cuidadoso, porque, quando se começa a reformar, os que virão a beneficiar-se das reformas ainda não sabem disso e os que começam a perder com as reformas sabem, de imediato. E, portanto, nós temos que estar sempre atentos a essas dificuldades. Mas isso não diminui a nossa responsabilidade no que diz respeito a uma busca contínua de um padrão de crescimento e de desenvolvimento que seja capaz de compatibilizar as políticas macroeconômicas com as necessidades de democratização, de universalização, portanto, dos bens que são postos à disposição da população.

Mencionei, aqui, o tema da privatização. Por quê? Porque, além de ser um tema muito caro aos formuladores das novas políticas macroeconômicas, têm consequências práticas imediatas. E, obviamente, no

caso dos países como o Brasil, se não houver, ao mesmo tempo em que se faz uma política de privatização, uma política da reconstrução do Estado, o que se vai criar são formas de competição privada, não necessariamente de benefícios para o conjunto da população. É preciso que se reforcem, portanto, as agências reguladoras, sem as quais há o risco efetivo de que a privatização se transforme, não num instrumento do que nós almejamos, ou seja, de melhoria das condições de vida do povo, mas que se transforme, pura e simplesmente, num aumento da ineficiência.

Portanto, me parece que a contradição entre setor mercado e Estado ou setor interesse privado e interesse estatal deve ser modificada por outras formas de abordagem e que nós devamos, crescentemente, preocuparmo-nos com a reformulação do Estado, para que o Estado continue ativo. Não no que ele era ativo antes, na produção indireta, porque há outras forças capazes de o fazer, mas para que ele continue ativo naquilo que, eventualmente, possa estar adormecido, ou seja, na vigilância do interesse público. E essas agências reguladoras devem se contrapor às tendências de mercado que são supostas de serem reforçadas pela privatização crescente.

No esforço de conciliar as tendências contemporâneas da economia globalizada com os valores éticos, um dos temas centrais tanto para os países desenvolvidos como para os países em desenvolvimento, é necessário que se dêem algumas respostas ao problema do desemprego. A questão do emprego converte-se, de certa forma, no núcleo central das preocupações sociais e da inspiração de eqüidade que deve orientar o Estado.

Não preciso acrescentar nada sobre esse tópico, porque os senhores vêm de várias partes do mundo e sabem que, em todas elas, essa questão se transformou numa pedra de toque do desafio que nós vamos enfrentar no próximo século, ou seja, a de conciliar uma base tecnológica altamente economizadora de mão-de-obra, com a necessidade da sustentação, e mais do que sustentação, da dignidade das pessoas. E essa dignidade não será obtida simplesmente com a redistribuição, via Estado, de recursos, de impostos, mas tem que ser, também, uma dignidade que se recobra pela descoberta da funcionalidade do indivíduo na nova

sociedade e, portanto, de uma ocupação que, embora possa não ser o emprego no sentido clássico, signifique o reconhecimento do seu papel na construção da nova sociedade.

Em uma perspectiva mais ampla, trata-se de atualizar o ideal de um Estado do bem-estar social, tornando-o compatível com as realidades de nosso tempo. Essa tarefa é, particularmente, difícil em um país como o Brasil, que jamais teve um Estado que estivesse essencialmente voltado para o bem-estar social. Tivemos, isto sim, um Estado que eu costumo chamar “do mal-estar social”, distorcido pela ação de grupos minoritários e de interesses corporativos.

O processo de reforma do Estado responde a essa preocupação: tornar as estruturas decisórias mais permeáveis aos interesses e demandas da coletividade e menos permeáveis à manipulação por grupos minoritários; tornar o Estado mais próximo dos cidadãos, favorecendo a participação dos indivíduos e movimentos sociais na construção de um espaço efetivamente público; difundir e universalizar os serviços e políticas públicas, assegurando aos cidadãos igualdade de acesso e uma genuína capacidade de controle sobre os atos de governo. Em suma, aprofundar a democracia institucional, fazendo com que seja um caminho para democratização da sociedade. Radicalizar a democracia – esse é o sentido da ação política contemporânea.

Na transição para o século XXI, lidamos com novos modos de interação social, com novos modelos políticos, com formas não tradicionais de manifestação da sociedade, novas modalidades de julgamento e avaliação daqueles que atuam na arena política. Os ideais sociais não morrem, a demanda por eqüidade não é menor hoje do que foi nas lutas sociais do passado, é, talvez, mais complexa.

As facilidades de comunicação e transporte permitem a cada um comparar as suas condições de vida não apenas com as de seus vizinhos, mas com as de qualquer outro ser humano em sua cidade ou do outro lado do mundo. Ao mesmo tempo, a identidade dos indivíduos envolve aspectos novos. Ninguém se define apenas por sua inserção no sistema produtivo.

Em nossos dias, a linguagem da cidadania incorpora, necessariamente, os códigos específicos das identidades sociais diversas, majoritá-

rias ou minoritárias, baseadas em questões como gênero, idade, cultura, etnia. A mesma cidadania, porém, exige que certos temas tenham respostas de caráter global, como é o caso na área dos direitos humanos ou do meio ambiente. A responsabilidade do cidadão é, crescentemente, projetada no espaço do mundo, e não mais, apenas, no do seu país. E não é por acaso que falo de responsabilidade.

O fortalecimento da cidadania é uma orientação fundamental do processo de transformação em que estamos engajados. Isso implica o esforço constante, intransigente e incansável de promoção e proteção dos direitos humanos. E ninguém ignora o quanto ainda falta fazer a esse respeito, tanto em países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos. Mas a verdadeira cidadania não pode basear-se, unicamente, na noção de direitos. As responsabilidades, os deveres são, também, indispensáveis.

O Primeiro-Ministro Tony Blair tem mencionado esse ponto, e com razão. O próprio Interaction Council formulou propostas a esse respeito que merecem ser examinadas com a devida atenção. É preciso resgatar a idéia de deveres, não no sentido em que alguns partidos de direita já o fizeram, com objetivo de restringir direitos, mas no sentido de promover, em cada cidadão, a consciência de que ele pertence a uma coletividade e que ele é responsável pelos efeitos de suas ações sobre essa coletividade.

A democracia, valor fundamental para todos nós, é o que nos permite avançar por esses caminhos de reforma e progresso social. É o que permite que novas idéias sejam testadas, diferentes propostas sejam discutidas e, eventualmente, incorporados ou rejeitadas.

Nossa responsabilidade, como políticos, aumentou. É mais grave, é mais ampla nos dias de hoje. A própria atividade política assume novas formas. Compreendemos que a democracia não é um ponto final, mas um reinício permanente; nunca está satisfeita consigo mesma, sempre buscando seu próprio aprimoramento. As mudanças a que aspiramos se fazem pela democracia e, ao mesmo tempo, contribuem para aprofundar a democracia. Talvez seja este o maior mérito do sistema democrático: o de ser um regime que, em sua imperfeição, encontra as oportu-

tunidades e as formas de aperfeiçoar-se. Isso exige o melhor do nosso esforço para dialogar, discutir, apresentar argumentos, enfim, para procurar convencer e formar maioriais estáveis que apóiem o processo de transformação. Esse é o desafio político das reformas. Não é fácil, mas é gratificante.

Queria acrescentar que, em todo o esforço em marcha no Brasil, de transformação do nosso marco jurídico-institucional, que abranja desde, como já mencionei, as privatizações, passa por uma reforma da administração, passa por uma reforma das estruturas do Estado na direção apontada, da criação de agências novas que permitam uma maior capacidade do Estado, de controlar as decisões que se dão no setor privado, que passam por esse esforço enorme de universalização do atendimento das questões fundamentais, do acesso a terra, à saúde, à educação e assim vai. Que contém, no seu âmago, o objetivo da retomada estável do crescimento econômico, que todo esse esforço tem sido feito e será feito no marco democrático. Isso significa um diálogo crescente com o Congresso e com a sociedade em geral. Isso significa tempo. Pode implicar alguma lentidão, mas a lentidão é compensada pela solidez dos resultados, porque são resultados que têm o apoio e o assentimento da comunidade, o assentimento da sociedade.

Recentemente, numa outra oportunidade, eu pude me expressar sobre essa matéria dizendo que a verdadeira revolução nas democracias existe quando existem modificações continuadas e que têm o consentimento ativo da sociedade. Reformas, para nós, significam isso: modificações contínuas com o apoio ativo da sociedade. Não significam apenas um resultado legal à aprovação de uma lei ou mesmo de uma mudança constitucional, e nós temos feito várias no Congresso, e é muito difícil fazer mudanças constitucionais. Cada mudança requer, para cada item, votações, nas duas Casas do Congresso, com a maioria de três quintos em cada uma das votações.

Temos obtido com esse processo – e apesar da necessária lentidão que ele implica – avanços significativos em temas tão delicados quanto da Reforma Administrativa e da Reforma da Previdência que é, talvez, o mais alto desafio do mundo contemporâneo, de saber como as gera-

ções vão se haver com o problema dos que deixam de trabalhar. Quem vai pagar por esse deixar de trabalhar? Será um pagamento feito pela geração atual e pelas gerações futuras? Em termos de uma repartição de renda, será uma capitalização feita por cada um que prevê o seu futuro? Será um misto entre essas duas vertentes? Temas que estão em discussão no mundo todo e que nós, aqui no Brasil, estamos à espera, ainda, de alguns poucos votos no Congresso, para darmos um passo fundamental na direção dessa transformação.

Pois bem, para mim o mais importante de tudo isso, além do que já mencionei, desse esforço de equilíbrio entre as políticas macroeconômicas, da necessidade imperiosa de cortar gastos para se manter o orçamento equilibrado e a inflação sob controle com um mínimo de condição de crescimento e de atendimento às necessidades sociais, a isso se soma, e é fundamental que tudo ocorra dentro de um marco da democracia, dentro de um marco da negociação consentida com o Congresso, o que nem sempre é sequer entendido pela sociedade, que se impacienta, com razão, pela lentidão de algumas transformações, que se impacienta, com razão, pela necessidade de negociações nem sempre nos moldes em que se gostaria que elas se procedessem, que fosse tendo em vista apenas o interesse público. Muitas vezes, há elementos que se introduzem nessas transformações que têm a ver com a dinâmica dos interesses político-partidários e que ferem a necessidade de rapidez e mesmo a expectativa de que tudo se processasse num ambiente de maior assepsia. Não obstante, creio que seja fundamental manter-se esse espírito de que as transformações se dêem dentro de um quadro absolutamente democrático.

Termino dizendo que, no caso do Brasil, alcançamos resultados importantes e continuamos a trabalhar na mesma direção, com a segurança de que estamos no rumo certo e de que as decisões que estamos tomando hoje terão impacto não apenas no presente, mas ajudarão a definir o perfil do nosso país, no século XXI e em nosso sexto século de existência, como um país mais justo, mais eqüitativo e sempre mais feliz.

Quero agradecer a presença dos senhores aqui. Quero agradecer a boa disposição do Senador Sarney de organizar este simpósio. Ele sabe

que sempre contou com o meu apoio. E me compraz dizer que esse apoio, hoje, se verifica pela presença dos senhores aqui, retribuindo as nossas expectativas de que, com as suas experiências de líderes de países importantes do mundo e que são ativos na busca da continuidade de uma responsabilidade política que permita que existam pontos de referência que não sejam apenas institucionais, mas os pontos de referência que se fazem, como é o caso aqui, pela própria sociedade civil, que recolhe a experiência histórica de alguns dos líderes mais importantes, para que eles dêem continuidade à sua vigilância no sentido de um mundo que, embora globalizado, embora sujeito a tantas limitações de natureza econômica, continue a ser um mundo no qual, como estamos querendo todos nós, os valores de eqüidade e de justiça se mantenham e que a democracia seja o marco a partir do qual nós possamos alcançar, progressivamente, esses valores.

Muito obrigado.